



# Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 216ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1975 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Maurício Fruet.

Às nove e trinta horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lineu Turra, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho (27); achando-se ausentes os Senhores Deputados Accioly Neto, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados. Não há quorum para votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em fase de discussão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 92/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 196/75, que aprova o termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Jandaia do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal e Inspetoria Regional de Ensino, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 92/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Jandaia do Sul, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal e Inspetoria Regional de Ensino da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 196/75

Através da Mensagem nº 49/75, é encaminhado para referendo desta Assembléia Legislativa, o Termo de Convênio entre o Estado através da Secretaria da Administração e o município de Jandaia do Sul, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal e Inspetoria Regional de Ensino da sede daquele município.

De acordo com o estabelecido na Constituição do Estado, é de competência do Senhor Governador a celebração de convênios ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do aludido município.

Assim temos a nos manifestar favorável à Proposição nº 196/75, opinando-se pela sua aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 18, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 92/75.

Levanta-se a sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 217ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1975. (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Maurício Fruet.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lineu Turra, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho (27); achando-se ausentes os Senhores Deputados Accioly Neto, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo passamento do senhor JOÃO MIGUEL MAIA, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

O extinto era pessoa de grande relacionamento dentro da comunidade princesina, deixando a lamentar à todos o quanto o conheciam.

Outrossim, requer, após a aprovação deste, que se dê conhecimento à família enlutada, residente em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem a presença de Vossa Excelência, solicitar a restauração do Projeto de Lei nº 199/68, de autoria do ex-Deputado Roberto Galvani, criando o Distrito Judiciário Encantado do Oeste, município de Assis Chateaubriand, em razão do original ter sido extraviado nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais, requerem a discussão, em plenário, da Emenda Orçamentária sob o nº 108, e constante do Avulso ora em debate na Casa.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975.

aa) Nilso Sguarezi, Jayme Rodrigues Carvalho, Gabriel Sampaio, João Cioni Neto, Valter Pietrângelo, Trajano Bastos, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Nelson Buffara, Waldenício Barbalho, Lineu Turra, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Antonio Faci, Otássio Pereira, Lúcio Machado, Hélio Manfrinato, Muggiati Filho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente, ao Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, solicitando urgentes providências para assegurar a extensão da rede de água a importantes regiões da cidade de Cianorte.

O apelo se prende ao fato de que os planejadores do referido órgão público estadual, concessionário do serviço de utilidade pública desde o ano de 1972, excluam do esquema populoso as áreas, como também a quadra em que se encontra o Instituto Bíblico Presbiteriano de Cianorte, onde estudam, sob o regime de internato, quase uma centena de alunos.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja dirigido apelo ao Senhor Ministro dos Transportes e também ao Senhor Secretário dos Transportes, este através do Senhor Governador do Estado, no sentido de serem alterados o Decreto Federal nº 64.064, de 05 de fevereiro de 1969, bem como o Decreto Estadual nº 5.246, de 29 de março de 1974, a fim de ser incluído, obrigatoriamente, nos característicos dos bilhetes de passagem, em transporte rodoviário, o nome do passageiro.

Ninguém desconhece o número de acidentes rodoviários que ocorrem em todas as cidades do país, fazendo não raro, enorme quantidade de vítimas, que são enterradas sem identificação. E, nestes casos, faz-se necessário, sem dúvida, melhor identificação do passageiro.

Este é o objetivo do presente apelo, que espera-se contar com o apoio e aprovação desta Casa.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

### PROJETOS DE LEI:

#### PROJETO DE LEI Nº 167/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — O artigo 71, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, passa a vigorar com mais os seguintes parágrafos:

“§ 3º — Independe de licença, o afastamento do Prefeito para gozo de férias, devendo estas serem gozadas em período contínuo de trinta (30) dias.

§ 4º — Embora o período de gozo de férias seja de livre escolha do Prefeito, este não poderá gozá-las em período que possa criar inelegibilidade eleitoral ao seu substituto”.

Art. 2º — Os artigos 73 e 74, e respectivos parágrafos, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, passam a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 73 — Em razão do mandato o Prefeito faz jus à remuneração fixada por decreto legislativo.

§ 1º — A remuneração divide-se em subsídio e representação e será estabelecida obrigatoriamente, segundo o art. 74.

§ 2º — Instalado o município, pela primeira vez a remuneração será fixada na sessão legislativa em curso.

§ 3º — Fixada a remuneração para a legislatura subsequente, é vedado revê-la na mesma sessão Legislativa.

Art. 74 — No ato de fixação do subsídio levar-se-á em consideração a tabela abaixo, cujos limites mínimos e máximos, segundo a receita orçamentária local, efetivamente arrecadada, deverão ser obedecidas.

§ 1º — Para efeito de cálculo será tomado o vencimento correspondente ao cargo de secretário de Estado.

Até Cr\$ 500.000,00 — de 10 até 15 por cento.

de 500.000,01 a 800.000,00 — de 15,01 até 20 por cento;

de 800.000,01 a 1.300.000,00 — de 20,01 até 25 por cento;  
 de 1.300.000,01 a 2.000.000,00 — de 25,01 até 30 por cento;  
 de 2.000.000,01 a 5.000.000,00 — de 30,01 até 35 por cento;  
 de 5.000.000,01 a 8.000.000,00 — de 35,01 até 40 por cento;  
 de 8.000.000,01 a 12.000.000,00 — de 40,01 até 45 por cento;  
 de 12.000.000,01 a 20.000.000,00 — de 45,01 até 50 por cento;  
 de 20.000.000,01 a 30.000.000,00 — de 50,01 até 55 por cento;  
 de 30.000.000,01 a 40.000.000,00 — de 55,01 até 60 por cento;  
 de 40.000.000,01 a 50.000.000,00 — de 60,01 até 70 por cento;  
 de 50.000.000,01 e mais . . . . . de 70,01 até 80 por cento.

§ 2º — Excetua-se da presente tabela, o cálculo do subsídio do Prefeito da Capital.

§ 3º — A representação será fixada em cinquenta por cento do subsídio.

§ 4º — A remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito deverá ser reajustada, sempre que sofram alteração os vencimentos dos Secretários de Estado, de acordo com o Art. 73 e seus parágrafos desta Lei.

§ 5º — Art. 74 — Enquanto durar o mandato, o Prefeito que for funcionário público civil, ficará afastado do exercício do cargo, contando-se-lhe tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria, podendo optar pelos vencimentos do cargo efetivo.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

## PROJETO DE LEI Nº 168/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Beneficente Operária Esperança, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

### JUSTIFICATIVA:

A entidade acima referida, inegavelmente, presta relevantes serviços à comunidade de São José dos Pinhais, e preenche todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria. Espera-se, portanto, a aprovação deste plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa, com satisfação, anuncia a presença do Sr. Prefeito de Cruzeiro do Oeste, e do Vereador Agostinho de Araujo.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não obstante tivesse ontem pedido minha inscrição no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, ou em Explicação Pessoal, não me foi possível falar na sessão de ontem a respeito do pronunciamento feito, nesta Casa, pelo ilustre Líder do MDB, Deputado Muggiati Filho.

E hoje, Sr. Presidente, pretendo trazer, nesta tribuna, o meu pronunciamento a respeito daquilo que ouvi ontem. Mas, considerando, Sr. Presidente, em primeiro, que dentro do Pequeno Expediente não teria o tempo suficiente, e, em segundo, que não poderia dar condições a possíveis contestações à minha fala, de início, quero solicitar a V. Exa., para que, respeitada a praxe desta Casa, que, nas sexta-feiras, não em inscrições para o Gran-

de Expediente, queria me inscrever para falar em Explicações Pessoais.

Mas, gostaria ainda assim, Sr. Presidente, de abordar um aspecto que já foi tema nesta Casa, e hoje o Paraná inteiro tem respeito do muito que se falou, inclusive, aqui, com referência às prisões que foram efetuadas no Paraná.

As prisões tão combatidas, as prisões criticadas, como se a pretensão que se tivesse fosse, efetivamente, a da defesa dos Direitos Humanos. E nós temos entendido que, nessas prisões, por se tratar de problemas de ideologia e do perigo do comunismo, tais prisões representavam essa garantia. Porque, em última análise, era a garantia ao direito de uma vida de paz e de tranquilidade da própria família brasileira.

Ontem mesmo, Sr. Presidente, o Sr. líder do MDB, nesta Casa, falou que com fins políticos, pretendia-se usar esta tribuna referindo-se ao Presidente do MDB de Londrina, que se encontra preso acerca de 60 dias.

Mas, não entendi qual seria a desgraça, se seria por estar preso, ou seria por estar envolvido nas ações dos comunistas.

E a resposta, Sr. Presidente, quem dá a resposta não sou eu, é o comandante da quinta Região Militar, divulgado hoje pela imprensa, e que traz a relação daqueles que foram presos, as posições por eles adotadas neste movimento de comunismo neste Paraná, e muito mais do que isso, as explicações do porquê houve essa providência da quinta Região Militar. E notem V. Exas. que não há nisso nenhum favor de cunho político, porque pudemos destacar entre as prisões estudadas que estão mencionadas, nada menos do que 10 pessoas residem em Londrina.

E o que diz o comunicado do Comando? Diz "Luiz Gonzaga Ferreira, ligado ao Comitê Principal de Londrina, sendo responsável pela seção de entendimentos políticos. Participou de várias reuniões do Comitê Principal de Londrina; dava contribuições em dinheiro para o Partido, entregando pessoalmente a Newton Cândido, segundo Secretário do PCB do Paraná. Reunido com Fernando Pereira Cristino, membro do Comitê Central do PCB, para debater assunto de interesse do partido, quando esse transitou por Londrina, para reunião do Comitê Estadual no Paraná, realizada em Mandaguari, em abril de 75.

Isso é o que diz o comunicado da quinta Região Militar, mas em nenhum momento demonstrando que não há interesse de ligação política.

São aspectos que vou abordar em meu pronunciamento, em explicação pessoal. Não me referi a nenhum dos ilustres componentes da bancada do MDB, nem fiz referência a nenhum nome, mas tão somente ao perigo que o comunismo está representando e às medidas que devem ser tomadas a fim de salvaguardar a paz e tranquilidade da família brasileira.

Com referência às palavras do líder do MDB, voltarei a tratar sobre ela, em explicação pessoal.

(—Sem revisão do orador—).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Iremos abordar neste instante e apresentar requerimento de nossa autoria, nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à mesa, após ciência e aprovação do plenário, seja enviada sugestão ao Sr. Secretário de Segurança Pública, Gen. Alcindo Pereira Gonçalves, no sentido de que aquela autoridade estadual providencie uma sindicância junto à Delegacia de Polícia do município de União da Vitória, pelas arbitrariedades que vêm acontecendo naquela célula policial.

É inadmissível, Sr. Presidente, que o delegado de Polícia

de União da Vitória e seus subordinados venham prendendo indiscriminadamente pacatos cidadãos, pelo simples fato de supor que os mesmos sejam marginais.

A este requerimento juntamos certidão comportatória de nossa assertiva, mostrando que o representante da lei em União da Vitória deteve diversas pessoas, presentes a um bar, sob a alegação de que as mesmas estavam jogando a dinheiro, quando o fato não ocorreu.

É preciso uma atitude enérgica do nosso órgão de Segurança contra funcionários seus que, em vez de procurar a segurança do povo, o e deixa preocupado com atitudes indevidas.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1975".

Juntamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um termo da declaração prestada por Antonio Paulo de Vizzoto, onde lamentavelmente está o nome de um cidadão, o advogado Pioli, que é funcionário do Estado do Paraná, pertencente à Secretaria de Segurança Pública, e há ou pelo menos já houve um crime, de homicídio na Penitenciária de Curitiba.

Este cidadão é advogado de porta de Delegacia. Este é o nosso requerimento e queremos contar com o apoio de todos os Srs. Deputados para que S. Exa. o Secretário tome enérgicas providências no sentido de fazer uma sindicância para ver se o fato que estamos denunciando hoje, neste instante, é verídico.

Era só Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, em explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Lê): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem nesta Casa, o Sr. Deputado Muggiati Filho, líder do MDB, falando no Pequeno Expediente, fez referências ao meu pronunciamento ocorrido em data de ontem, através da TV Iguaçu - Canal 4.

Não apenas fez referências, mas afirmou ter recebido queixas de seus companheiros de bancada, que, em nosso pronunciamento vinculamos o comunismo ao MDB e teríamos afirmado que, quando o MDB faz oposição, trata-se de técnica comunista.

Terminou o líder do MDB afirmando que seriam apuradas as responsabilidades civis e criminais deste Deputado.

Fez todavia uma declaração muito oportuna, ao afirmar não acreditar que alguém pudesse assim agir, com objetivos político-eleitorais.

Desejo responder por etapas:

Afirmar no programa de TV e volto a afirmar aqui o meu entendimento de que, dois fatos recentes provocaram certo enfraquecimento do MDB de Londrina, cidade que represento nesta Casa Legislativa.

É o meu entendimento e como consequência de foro muito íntimo.

Um dos fatos a que me referi foi justamente o da prisão do Presidente do Diretório do MDB em Londrina, tendo em vista, que quando da ocorrência de dita prisão, um comunicado oficial da 5ª Região Militar informou que tais prisões eram devidas à confirmação da existência de comitês comunistas em Londrina e Paranaguá.

Disse então que a simples prisão do Presidente do MDB por si só havia comprovado um certo enfraquecimento do Partido, confirmada a sua participação em manobras comunistas, tal enfraquecimento seria inevitável.

Se o referido cidadão demonstrou liderança política para chegar a Presidência do MDB da mais importante cidade paranaense, e, comprovadas que venham a ser suas ligações com o comunismo, entendo que tal fato motiva realmente um desgaste ao seu Partido na sua área de atuação.

Ora, sendo um político surgido em Londrina, sofrendo como sofreu um terrível desgaste pelo seu comportamento, não há como negar que diminuído o prestígio do grande líder

do Partido naquela região, o próprio Partido sofrerá as consequências.

Li ainda ontem um tópico no "Correio Braziliense", data de 5 de novembro, onde está publicado o seguinte:

"Na versão que ontem apresentou de seu juízo sobre as Forças Armadas, o Senador Leite Chaves descartase de uma imbecilidade e agarra-se a uma injúria grave. Pretende ele que foi a imprensa, e não a sua irresponsabilidade, que forjou palavras descabidas a respeito da função e da missão do Exército.

O Governo teve suficiente bom senso para não atribuir ao Senado o que apenas um de seus membros disse sem pensar e depois pensou que nós é que dissemos.

A imprensa tem costas largas. Não será Leite Chaves algum, de memória curta e raciocínio menor ainda, que irá nos molestar. Afinal, ele teve coragem bastante para não ter coragem".

Repito, essa é a opinião publicada pelo órgão de imprensa de Brasília.

E o fato foi notícia no Brasil inteiro.

Só faltava agora que dissessemos que o "disse-não-disse" do Senador Leite Chaves, acabou por somar pontos no MDB.

E sobre isso dei a minha opinião: Desgaste para o Partido do Senador na sua cidade sede.

Só não verá isso quem não quiser enxergar, pois o reflexo chega quase a ser palpável.

Afirmar que o MDB, onde existem líderes que têm os pés no chão - existem outros que nas suas pregações procuram tornar o Governo impopular e dessa forma jogam o povo contra o Governo.

Na verdade não me cabe examinar se tal colaboração é consciente ou inconsciente.

O que é verdade é que esse tipo de oposição, quando estamos cansados de ouvir afirmações aqui mesmo nesta Casa, de que "enquanto o país fica mais rico o povo fica mais pobre", tal tipo de oposição só pode levar ao povo a pior imagem do governo.

Falou o Sr. líder do MDB em objetivos políticos eleitorais com fins politiquês.

No meu modo de entendimento - porque penso por mim e não pelos outros, isso, existe, quando se explora a desgraça do povo, do sofrimento do pobre das críticas de impacto na massa e não o que seria o certo, as críticas construtivas e os caminhos para solução dos problemas.

Nós ouvimos vários pronunciamentos exatamente com referências às prisões, quase que transmitidos ao próprio Governo Federal e como consequência, também encaminhando, porque tratados aqui também se encaminhavam para a área política, tentando que seus reflexos pudessem atingir a área política, especificamente de nosso Partido.

Enquanto não caminharmos para isto, enquanto ficarmos vendendo imagens distorcidas de pronunciamentos no sentido da impopulação do Governo, não teremos chegado ao desarmamento dos espíritos.

"A verdade é que estamos vivendo aqui o recente episódio em que o Senador Dinarte Mariz afirmou ter recebido confidências do Secretário Geral do MDB, Deputado Telles Ramalho, quando este dizia que não tinha mais condições de viver com eles pois eram comunistas.

E foi na esfera federal que se falou e se combateu problemas de infiltração comunista, ou um problema enfocado e não fora das tribunas, mas nas próprias tribunas esse assunto foi observado.

O SR. DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. está citando Dinarte Mariz nesta Casa, em todas as Casas tem o seu Dinarte Mariz. V. Exa. nobre Deputado, deve estar equivocado, como muitos estão neste País. O Deputado Lisânias Maciel, disse ao Senador Dinarte Mariz, que todos os

partidos políticos que militam no País, que são dois apenas, MDB e ARENA, poderão ser infiltrados por comunistas e não que no seio do MDB tenha a infiltração direta de comunistas, foi esse o esclarecimento do Deputado, ao Senador Dinarte Mariz.

Somos sim, nacionalistas e humanistas, mas isto não nos leva à extrema, não nos leva a aderir a partido comunista.

Portanto, nobre Deputado, acreditamos no seu bom senso, porque se V. Exa. prega que o MDB não deva instigar o povo contra o governo, nós pedimos a V. Exa. que não instigue o MDB contra a segurança nacional.

Entendemos nós, nobre Deputado, o MDB como um partido autêntico, um partido que não serve à corrupção, que se cede a dizer a realidade dos fatos nacionais, quer aqui, quer no Senado da República.

O nosso Partido tem um senador, Leite Chaves; o seu Partido, nobre Deputado, tem um ex-senador chamado Wilson Campos.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço a intenção de Sr. Deputado,

S. Exa. mas devo fazer uma observação, primeiro não falei, não fiz referência ao Deputado Lisânias Maciel; falei no diálogo entre o Deputado Dinarte Mariz e o Deputado Talles de Ramalho, Secretário Geral do MDB.

Não estou retroagindo no tempo.

Os fatos são atuais.

Os fatos estão ocorrendo no dia de hoje.

Mas, o próprio Governo que pertence ao partido arenista, o próprio Governo usou de um ato institucional para dar mais uma demonstração de que defende-se, nesta Pátria, também pela honra e pelo bom comportamento dos homens públicos.

O SR. PRESIDENTE — Comunico a V. Exa. que o seu tempo está esgotado.

A Mesa pergunta se V. Exa. deseja prorrogação, como o Regimento lhe permite.

O SR. DÁCIO LEONEL — Solicito prorrogação, Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para elucidar: quem cassou o Senador Wilson Campos não foram os arenistas do Senado Nacional, foi o Sr. Presidente da República, através do AI5. Apenas para que V. Exa. lembre-se disso.

O SR. DÁCIO LEONEL — Não foram também os emedebistas.

O SR. DOMINGOS SCARPELINI — Os arenistas eram maioria e tinham número suficiente para cassar o mandato daquele ex-senador.

O SR. DÁCIO LEONEL — Mas, Sr. Presidente. Srs. Deputados, “faço questão de que meu pronunciamento de hoje seja recebido como total confirmação de minhas palavras no programa não sem acrescer ainda mais alguns aspectos que o tempo do programa não me permitiriam enfocar.

Não estou esclarecendo ninguém, e posso garantir que apesar de ter ouvido que seriam apurados as responsabilidades civis e criminais de nossa pessoa, pudemos dormir tranquilamente, sem perder um instante de nosso sono.

E isso tudo, Srs. Deputados, porque continuamos com nossas idéias cristãs, porque estamos e continuaremos empenhados na mesma causa . . . a causa da paz, da tranquilidade e do clima de trabalho, únicos meios para a integração pelo nosso desenvolvimento.

Enquanto outros povos se desagregam, minados pelo ódio e pelo comunismo, nós aqui no Brasil, estaremos marchando com o nosso Presidente que quer ordem, que dá à Oposição todas as condições de exercer o seu papel, mas que não admite em momento algum que possamos sofrer a infiltração de idéias que agredem a nossa Constituição e que façam deste País, um país anti-cristão.

Ninguém pode ignorar que o Partido Comunista Brasileiro

pretende reorganizar-se e a prova disso é dada pelas prisões que foram necessárias, único meio de cortar o mal pela raiz, antes que o inimigo se tornasse um gigante.

Se devemos defender os direitos humanos, vamos defender nossas famílias contra o perigo dos terroristas, dos subversivos e dos comunistas.

Não sei onde eles estão, mas estou seguro que se nós, políticos que representamos o povo, não dermos alimentos à técnica dos comunistas, o resto podemos deixar por conta do próprio povo brasileiro.

Cristão por excelência e capaz de repelir tão grave perigo.

Mas é preciso, Srs. Deputados que não nos esqueçamos que nossa missão é das mais alta importância. Vamos acabar com as “quierras” dos que exploram o sofrimento dos pobres para fazer plataforma política e vamos juntos lutar pelo futuro da pátria, pelo futuro de nossos próprios filhos.

Que acreditemos no grande Presidente Ernesto Geisel, cuja única preocupação é a felicidade da família brasileira.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Dácio Leonel, estamos acompanhando o pronunciamento de V. Exa. e apartes que foram oferecidos, assim como tive oportunidade de assistir a sua entrevista no Canal 4.

Estamos perfeitamente à vontade nesta Casa porque sei que é preocupação nossa, nós que representamos o povo nesta Casa, representantes da ARENA e do MDB, nós que queremos a paz e tranquilidade neste país, nós que vivemos neste país democrático em que podemos falar, pensar e defender a liberdade da família brasileira, que este país progrida para o bem de todos.

Sabemos que todos que aqui se encontram, são homens que pensam na democracia e que defendem a democracia. Não há dúvida que, com essa prisão, houve um certo prejuízo mas, não quis V. Exa. fazer qualquer ataque ao MDB.

Claro que nos preocupamos e lamentamos a posição em que se encontram as famílias desses presos. Mas, infelizmente, não existe uma maneira em que se possa fazer essas prisões e deixar as famílias contentes, Sabemos que estão tendo todo o cuidado nas investigações.

Falou-se em Wilson Campos, nós não temos culpa, como não tem culpa o MDB, quando é preso um membro do seu Partido ou do nosso Partido.

Nós temos por obrigação defender o povo e continuarmos nessa defesa dos direitos e ideais democráticos.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado mas lhe serão concedidos alguns instantes, para que conclua o seu raciocínio.

O SR. DÁCIO LEONEL — Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para concluir, gostaria de abordar dois tópicos do pronunciamento do nobre Deputado.

Um deles, dizendo que, no meu modo de entendimento, se houve elogio a Leite Chaves, este elogio se deve ao fato do fato do Senador haver tido coragem de não ter coragem. Assim - falou o Deputado Deni Schwartz.

Com referência ao pronunciamento do nosso Presidente Ernesto Geisel de reconhecer que o povo precisa ter melhores condições de vida, este é um aspecto que não foi negado, mas, explorar o sofrimento deste povo com fins politiquieiros, é aquilo que temos feito, é o que estamos combatendo. O que eu tenho dito e tenho pedido, é apenas num sentido - no meu pronunciamento de ontem volto a afirmar, não assaquei contra nenhum dos membros do MDB qualquer acusação, antes, fiz referências a fatos ocorridos com elementos vinculados ao MDB e que eu entendia, traria um desgaste ao Partido, na sua sede.

O que eu apelava, era para que todos nós acreditássemos

no Presidente Ernesto Geisel, na sua preocupação única que é a felicidade da família brasileira, e que procuremos encontrar a solução, sem o sentido demagógico da exploração.

Com Deus e com o Presidente haveremos de lutar até o último instante da nossa vida.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador). —

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

Não há quorum para a votação.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, Necessitam de apoio. Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Jusitça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme auvilo distribuido aos Srs. Deputados. apenas em fase de discussão.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 73/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito, com o município de Ibaiti, objetivando cumprir dispositivos do Código de Trânsito, na área daquele município. Em discussão - Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73/75 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de junho de 1974, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito, com o município de Ibaiti, visando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, no âmbito daquele município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1975.

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 74/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito, com o município de Apucarana, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município. Em discussão — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74/75 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de janeiro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito, com o município de Apucarana, visando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, no âmbito daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1975.

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 75/75, que apro-

va o Termo de Convênio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e o município de São Mateus do Sul, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município.

Em discussão. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75/75. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 14 de março de 1975, entre o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN — e o município de São Mateus do Sul, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, rebogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1975,

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 66/75, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais da cidade de Santo Antonio — da Platina. (SOS).

Em discussão - Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 66/75 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.D.S., da cidade de Santo Antonio da Platina.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1975.

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 88/75, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança Feliz, com sede e foro na cidade de Santo Antonio da Platina. Em discussão - Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 88/75 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Caas da da Criança Recanto Feliz, com sede na cidade de Santo Antonio da Platina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1975.

a) BASILIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 94/95, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Paraíso do Norte. Em discussão - Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 94/75 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paraíso do Norte, com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1975

- a) BASILIO ZANUSSO - Presidente  
a) FRANCISCO ESCORSIN - Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei 101/75, que declara de utilidade Pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Tomazina. Em discussão, Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 129/75.  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Integrada Estadual América - 2ª Unidade Competente Dr. Ermelino de Leão, da cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1975.

- a) BASILIO ZANUSSO - Presidente  
a) FRANCISCO ESCORSIN - Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei 129/75, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola Integrada Estadual América, 2ª Unidade competente Dr. Ermelino de Leão, da cidade de Curitiba.  
Em discussão - Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 101/75  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Tomazina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1975.

- a) BASILIO ZANUSSO - Presidente  
a) FRANCISCO ESCORSIN - Relator.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Miguel MAIA. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de serem alterados o Decreto Federal 64064, e Decreto Estadual 5146, a fim de ser incluído obrigatoriamente nos característicos dos bilhetes de passagem, em transporte rodoviário o nome do passageiro. Em discussão. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo providências para assegurar a extensão da rede de água à importante cidade de Cianorte. Em discussão. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scarmella, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que providencie uma sindicância junto à Delegacia de Polícia do Município de União da Vitória, pelas arbitrariedades que vem acontecendo naquela célula policial. - Em discussão - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão, adiada solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser proposta alteração da LEI Orgânica do ICM - Em discussão - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando a restauração do Projeto de Lei 199/68, de autoria do ex-Deputado Roberto Galvani - Deferido. Ao Departamento Legislativo, para providenciar.

Requerimento de autoria de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a discussão em Plenário, da Emenda Orçamentária sob nº 108, constante do Avulso.  
Junte-se ao Projeto de Lei Nº 132/75.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, digo segunda-feira, dia - 17, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia anunciada - para a sessão de hoje, apenas em fase de votação.

Fica marcada ainda, uma sessão para terça-feira, dia 18 com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### 3ª DISCUSSÃO

dos Projetos de Resolução nºs 96/75, 97/75, 98/75 e 99/75.

##### 2ª DISCUSSÃO

Projetos de Resolução nºs 100/75, 101/75, 102/75, 103/75, 104/75, 105/75, 106/75, 107/75, 108/75, 109/75 e de Lei nº 132/75.

##### 1ª DISCUSSÃO

dos Projetos de Lei nºs 105/74 - 187/74, 51/75, 53/75, 89/75, 128/75, 127/75 e 164/75

Levanta-se a sessão.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### 8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo da Silva e contando com a presença dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, e Gabriel Manoel. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos. PROJETO DE LEI Nº 24/74 - de autoria do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Sabáudia, um Colégio Comercial, para funcionar no próximo ano letivo e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI 25/75 - de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos de Oliveira, a Fiscalização Financeira. Orçamentária e Patrimonial das Sociedades



instituídas pelo Poder Público ou em que o Poder Público participe com capital majoritário e as Empresas Públicas, qualquer que seja a forma de que se revistam, será exercida pela Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável ao Projeto, Substitutivo a Emenda, aprovado. PROJETO DE LEI 100/75 - de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, que autoriza o Poder Executivo, conceder pensão mensal correspondente a 1/3 do salário mínimo da Capital, à Maria Machado de Faria, viúva do Ex-Inspetor de Quarteirão da Delegacia de Polícia do Quinto Distrito desta Capital. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer contrário-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, depois que de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente  
a) Teresinha B. de M. e Claro - Secretária.

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Osvaldo Macedo apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 92/75 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem 28/75, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva constituir sobre forma de empresa pública, a Empresa de Obras do Paraná - EMOPAR, vinculada a Secretaria de Estado da Administração e com destinação que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 68/75 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição 26/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria do Interior com o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 69/75 - de autoria da Comissão e Justiça ex-Proposição 135/75 - que aprova o Acordo Especial PR 14 celebrado pelo Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e Comércio, e o Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho e Coordenação Estadual do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra - PIPMO, visando a realização de treinamento de mão-de-obra. Aprovadas. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Lélío G. Sotto-Maior, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

- a) BASILIO ZANUSSO - Presidente  
a) Lélío Sotto Maior - Secretário

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA 8ª LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Srs. Deputados Jurandir Messias, Gabriel Manoel, Fabiano Braga Côrtes, Lúcio Machado e Nelson Buffara. Havendo número legal, o

Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI 147/75, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 090/75. Encaminha Anteprojeto de Lei que ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 6174, de 16/11/70, na parte referente a FÉRIAS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO CIVIL DO ESTADO. Relator: Deputado Jurandir Messias, Presidente, que avocou o Projeto. Parecer Favorável-Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, Secretária lavrei a presente Ata, que depois de lida e assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

- a) JURANDIR MESSIAS - Presidente  
a) Elza Carneiro Camargo - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 8ª LEGISLATIVA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de novembro, do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas na Sala de Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a CCJ, sob a Presidência do Sr. Dep. Waldenício Barbalho, e presentes os Srs. Dep. Lineu Turra, Jurandir Messias, Ivan Rüppel, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso e Fabiano Braga Côrtes, bem como o Sr. Assessor, Francisco José da Cunha Gebran. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI 18/75 do Sr. Dep. Ivo Thomazoni. Cria no Município de Capanema, o Distrito Administrativo de Ponheiro, com sede e divisas que especifica. PROJETO DE LEI 23/75, do Sr. Dep. Antonio Del Ciel, autorizando o Poder Executivo permutar terreno de propriedade do Município de Londrina, conforme especifica. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer somente à Emenda apresentada em Plenário. Parecer Favorável. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI 104/75, do Sr. Dep. Accioly Neto. Dispõe sobre a privatividade dos despachantes na mediação das relações entre os contribuintes e o Detran, e dá outras providências. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI 114/75 do Sr. Dep. Aragão de M. Leão. Declara de utilidade pública a Augusta e Respeitável Loja Simbólica Filantrópica Guarapuava, com sede na cidade do mesmo nome. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 5) PROJETO DE LEI 124/75, do Sr. Dep. Quielse Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública o Sindicato Rural de Astorga. Relator Sr. Fabiano Braga Côrtes. Parecer Favorável. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI 133/75, do Sr. Dep. Osvaldo Macedo. Dá nova redação ao parágrafo 2º, do Art. 24, da Lei 6364, de 29-12-72. Relator Dep. Fabiano B. Côrtes. Deferido vista ao Sr. Dep. Lineu Turra. 7) PROJETO DE LEI 136/75, do Sr. Dep. Basílio Zanusso, Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura de Paranacity, um terreno de propriedade do Estado, conforme especifica. Relator Dep. Waldenício Barbalho. Parecer favorável. Aprovado. 8) PROJETO DE LEI 76/74, do Sr. Olavo Ferreira. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Academia de Acordeão de Londrina. Relator Dep. Fabiano Braga Côrtes. Requer seja convertido em diligência junto à Academia. Deferido. 12) PROPOSIÇÃO 155/75, do Poder Executivo. Mensagem 54/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Estado com o Município de Salto do Itararé, para execução de melhorias no Grupo Escolar José Eugênio de Carvalho. Parecer Favorável com Projeto de Resolução Aprovado. 13) PROPOSIÇÃO 168/75, do Poder Executivo. Mensagem 50/75, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Estado e a Prefeitura de Paranavai, para construção



do Aeroposto. Parecer Favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 14) PROPOSIÇÃO 182/75, do Poder Executivo. Mensagem 49/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Estado e o Município de Mal. C. Rondon, para execução de reparos no Ginásio Estadual. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 15).— PROPOSIÇÃO 191/75, do Poder Executivo. Mensagem 49/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Kaloré, para execução de reparos no Ginásio Estadual Abrahan Linconln. PROPOSIÇÃO 208/75, do Poder Executivo., encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Congonhinhas, para execução de reparos no Ginásio Estadual. Parecer favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO 210/75 do Poder Executivo encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Kaloré, para fins que especifica. Parecer favorável. Aprovado. 18) PROPOSIÇÃO 213/75, do Poder Executivo, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Apucarana, para execução de melhorias no Grupo Escolar Humberto de Alencar Castelo Branco. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 19) PROPOSIÇÃO 217/75, do Poder Executivo. Mensagem 66/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Florai, para — fins que especifica. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer Favo-

rável com Projeto de Resolução. Aprovado. 20). PROPOSIÇÃO Nº 221/75, da Proposição de autoria do Tribunal de Contas do Estado. Ofício encaminhando cópia do Acórdão que julgou ilegal o contrato de prestação de serviços entre o Departamento de Economia Rural e a Gelre do Paraná S.A., Serviços Empresariais. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer pelo ARQUIVAMENTO. Em discussão e em votação. Aprovado. O Sr. Deputado Nilso Sguarezi, requer, após vista do processo, que esta Comissão oficie ao Sr. Presidente da Casa, solicitando instauração de sindicância para apuração dos fatos relatados em seu requerimento, e punição dos responsáveis. Em discussão e em votação. O Sr. Deputado Jurandir Messias declara que a advertência seria o suficiente, não sendo necessária a sindicância. O Sr. Deputado Nilso Sguarezi informa que a sindicância iria apurar os verdadeiros responsáveis, o que não seria possível com uma advertência. Em votação. Aprovado, com voto vencido do Sr. Deputado Jurandir Messias. 21). PROPOSIÇÃO Nº 224/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 77/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Estado do Rio Grande do Norte, para cooperação técnica entre seus sistemas de planejamento, orçamento e modernização Administrativa. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 22). PROPOSIÇÃO Nº 228/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 73/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Nova Esperança, para construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 23). PROPOSIÇÃO Nº 229/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 72/75, encaminhando cópia de convênio celebrado pelo Governo do Estado com a Prefeitura Municipal de Mariluz, para fins que especifica. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável. Aprovado, com Projeto de Resolução. 24).

PROPOSIÇÃO Nº 236/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Mirador, para execução de reparos no Grupo Escolar e Unidade Sanitária. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 25). PROPOSIÇÃO Nº 241/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Icaraíma, para execução de reparos nos prédios que especifica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer favorável com projeto de Resolu-

ção. Aprovado. 26). PROPOSIÇÃO Nº 242/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Joaquim Távora, para fins que especifica. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 27). PROPOSIÇÃO Nº 244/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Dois Vizinhos, para execução de reparos nos prédios que especifica. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 28). PROPOSIÇÃO Nº 245/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Ampère, para execução de reparos nos prédios que especifica. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 29). PROPOSIÇÃO Nº 247/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Santo Antonio da Platina, para execução de reparos nos Grupos Escolares que especifica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 30). PROPOSIÇÃO Nº 249/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Ibaiti, para execução de reparos nos prédios que especifica. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 31). PROPOSIÇÃO Nº 251/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Curiúva, para execução de reparos no Grupo Escolar Gabriel Rosas. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 32). PROPOSIÇÃO Nº 252/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Foz do Iguaçu, para fins que especifica. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 33). PROPOSIÇÃO Nº 256/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado, com o município de São Jerônimo da Serra, para fins que especifica. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 34). PROPOSIÇÃO Nº 257/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Salto do Lontra, para execução de reparos no Grupo Escolar José de Alencar. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 35). PROPOSIÇÃO Nº 259/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Santo Antonio do Caiuá, para execução de reparos no Ginásio Estadual e no Posto de Saúde. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 36). PROPOSIÇÃO Nº 265/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de São Mateus do Sul, para execução de reparos no Ginásio Estadual e na Escola Rural. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Parecer favorável com projeto de Resolução. Aprovado. 37). PROPOSIÇÃO Nº 268/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Santa Fé, para fins que especifica. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 38). PROPOSIÇÃO Nº 270/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Renascença, para fins que especifica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 39). PROPOSIÇÃO Nº 273/75, do Poder Executivo. Mensagem

nº 79/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Imbituva, para execução de reparos nos prédios que especifica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 40). PROPOSIÇÃO Nº 276/75, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia do Acordo celebrado pela Sude-sul, Estado do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para desenvolvimento da programação para o setor Metal/Mecânica. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 41). PROPOSIÇÃO Nº 279/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 83/75, encaminhando cópia do convênio celebrado entre a Sude-sul e o Estado do Paraná, para cursos de treinamento da Administração Municipal. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 42). PROPOSIÇÃO Nº 282/75, do Poder Executivo. Mensagem nº 86/75, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Colorado, para os fins que especifica. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. O Sr. Deputado Jurandir Messias solicita ao Sr. Presidente esclarecimentos sobre os convites efetuados, referentes ao Projeto de Lei que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado. O Sr. Presidente informa que esta Comissão, atendendo ofício do Sr. Governador do Estado, dirigido ao Sr. Presidente da Casa, devolveu o Projeto de Lei em apreço, ao Poder Executivo, para reexame da matéria. Mas, os convites formulados ficam em suspensos, tendo em vista o retorno da Men-

sagem Governamental a esta Casa. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente em exercício. Deputado Waldenício Barbalho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO – Presidente (em exercício)  
Rita Celestino Soares – secretária

#### PORTARIA Nº 614/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

revogar, a Portaria nº 57/75, na parte que se refere a LUIZ CARLOS PEREIRA LIMA, que se encontrava a disposição deste Poder Legislativo, a partir de 28 de maio de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral